

CAPÍTULO III

A IDENTIDADE DOCENTE EM TEMPOS DE PRECARIZAÇÃO: O PAPEL DA LUTA SINDICAL NA DEFESA DA PROFISSÃO

DOI: <http://dx.doi.org/10.18616/ltt03>

Jane Acordi de Campos ¹

Ricardo Luiz de Bittencourt ²

¹ Graduada em Química. Doutoranda em Educação pelo PPGE/UNESC. Integrante do Grupo de Pesquisa Políticas, Saberes e Práticas de Formação de Professores. Bolsista CAPES/UNESC. Professora da rede estadual de Santa Catarina. E-mail: janeacordidecampos@gmail.com.

² Graduado em Filosofia e Pedagogia. Doutor em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS. Integrante do Grupo de Pesquisa Políticas, Saberes e Práticas de Formação de Professores. Professor da rede estadual de Santa Catarina e da Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC. E-mail: rlb@unesc.net

INTRODUÇÃO

A escola pública brasileira, especialmente nas últimas décadas, tem sido alvo de sucessivas reformas que, sob o manto da modernização, disfarçam a imposição da lógica neoliberal no coração do processo educativo. A linguagem da eficiência, da produtividade e da competitividade, importada do mercado, passou a ditar as regras do ensino, convertendo a educação em mercadoria e o aluno em consumidor. Nesse movimento, o professor deixa de ser reconhecido como intelectual comprometido com a formação crítica e cidadã para transformar-se em mero executor de tarefas previamente delineadas por interesses externos.

Esse deslocamento não é neutro, pois fragiliza a autonomia pedagógica, esvazia o sentido social da profissão e submete a identidade docente a uma permanente tensão entre sua função histórica de formar sujeitos e a pressão de atender demandas imediatas do mercado e de setores conservadores, que se organizam para tomar os espaços escolares. Ao mesmo tempo em que o discurso de uma inovação pedagógica se dissemina, as condições de trabalho se deterioram, como a intensificação da carga horária, vínculos precários, baixos salários e imposição de agendas anticientíficas que corroem a liberdade de ensinar e aprender, além da burocratização crescente.

É neste cenário que a categoria carece de apoio, o qual pode vir da organização e da luta sindical, pois, ao contrário das percepções do senso comum de atuação sindical exclusivamente de reivindicação salarial, o sindicato pode se constituir em instrumento e território de

resistência política e pedagógica, nas quais a identidade profissional do professor é preservada, reconstruída e fortalecida diante das ofensivas neoliberais e dos ataques culturais que deslegitimam a escola pública. Portanto, essa reflexão acerca de maior abrangência é importante, por ser normalmente relegada a um plano secundário.

Como objetivo principal deste capítulo aponta-se a necessidade de perceber o quanto a identidade docente tem sido corroída pela aplicação de políticas neoliberais na educação. A busca por esta compreensão se dá a partir dos referenciais teóricos analisados e discutidos no decorrer do desenvolvimento do doutorado em educação do Programa de Pós-Graduação em Educação da Unesc - Criciúma/SC. Outros objetivos, não menos importantes, pautaram esta reflexão, como identificar as percepções de educadores/as da rede pública de Santa Catarina por meio de roda de conversa. Também avaliar a participação da entidade representativa da categoria SINTE³ no contraponto à política neoliberal e ao desmonte da identidade docente, a partir da precarização e desvalorização pessoal e profissional da categoria.

Para atender aos objetivos propostos, a estrutura do artigo está organizada em quatro seções. Na primeira, discute-se o contexto da educação pública brasileira, destacando os impactos da precarização e da lógica neoliberal sobre a escola e o trabalho docente. Na segunda, é tratada a identidade profissional docente, com ênfase no seu caráter social, cultural e político, de modo a considerar os aspectos relacionados com a autonomia docente, prevista constitucionalmente, além da prática

³ Sindicato dos trabalhadores em educação da rede pública do estado de Santa Catarina.

pedagógica. Portanto, os dois primeiros espaços destinam-se à fundamentação teórica e legal.

A terceira seção é dedicada à análise da roda de conversa realizada com docentes e do seminário com dirigentes sindicais, destacando suas percepções sobre as condições de trabalho, a valorização profissional e os sentidos atribuídos à função social do professor. Neste espaço também são apresentados resultados de pesquisas acadêmicas que envolvem o tema.

A intencionalidade de realizar a roda de conversa deu-se a partir do sentimento mútuo de certa impotência diante dos constantes ataques direcionados à docência comprometida na compreensão da realidade e na investigação dos fatores envolvidos na falta de melhorias efetivas na educação pública catarinense e brasileira. Foi encaminhado convite a um grupo de professores que tem feito considerações acerca do problema, com adesão espontânea ao evento.

Na quarta seção, apresenta-se a análise da documentação produzida no XII Congresso do Sinte/SC, com base no Caderno de Resoluções, elaborado sob a temática: “A organização dos/as trabalhadores/as na defesa da educação pública”. O caderno reuniu nove resoluções, que refletem diferentes concepções de luta sindical em Santa Catarina. Nesse item, discute-se também o papel da ação sindical na defesa e na reconstrução da identidade docente, analisando as possibilidades de fortalecimento da atuação crítica frente às desigualdades sociais, bem como a liberdade de cátedra. Por fim, nas considerações finais estão postas as reflexões sobre o papel da ação sindical na defesa e reconstrução da

identidade docente e nas possibilidades de fortalecer a atuação crítica frente às desigualdades sociais, bem como o respeito e a valorização do trabalho docente.

A EDUCAÇÃO PÚBLICA BRASILEIRA FRENTE AOS AVANÇOS NEOLIBERAIS

O cenário da educação pública brasileira tem sido marcado por um processo cada vez mais intenso de “controle e vigilância” sobre o trabalho docente. A docência enfrenta pressões por resultados em avaliações externas e cobranças para assumir diversos papéis educativos negligenciados pelas famílias. Também há uma sobrecarga de demandas burocráticas, além da interferência de grupos conservadores que vigiam e questionam os conteúdos lecionados em sala de aula. Além disso, é preciso refletir sobre a formação docente, inicial e continuada, geralmente descontextualizada da realidade da sala de aula.

Soma-se a isso o desmonte da concepção da educação como direito, pelo “avanço orquestrado de interesses privados do capital com o alto nível manipulatório da opinião pública e negociações espúrias do interesse público no Congresso Nacional vem produzindo retrocessos e a retirada de direitos conquistados e assegurados, até há pouco tempo, pela Constituição de 1988” (Evangelista, 2017, p.19). Portanto, o retrocesso está provocando os seus efeitos, cada vez mais profundos e danosos na educação pública/estatal brasileira.

Esse cenário apresenta evidências da influência neoliberal na educação, resultando em precarização, seja do trabalho docente, seja da aprendizagem dos estudantes. Nesse contexto, as reformas educacionais liberais recentes refletem uma lógica que reduz o professor a um executor de tarefas padronizadas. Como alerta Freitas (2020, p. 45), as reformas educacionais recentes impõem métricas de desempenho e eficiência que subordinam a prática docente às demandas do mercado, reduzindo o professor a executor de tarefas padronizadas, com pouca margem para reflexão crítica e forte vigilância. Essa realidade transforma o ambiente escolar em um espaço em que a criatividade e a autonomia do docente são frequentemente sufocadas e reprimidas.

O neoliberalismo, ao impor a lógica de mercado como princípio organizador, altera as estruturas sociais e institucionais. Trata-se de uma perspectiva que vai além da gestão financeira ou da priorização de interesses empresariais: toda a sociedade passa a ser concebida sob a ótica da concorrência e da eficiência, transformando serviços públicos e relações educacionais em processos comparáveis a operações de mercado:

Não se trata apenas de gerir as finanças, as contas públicas de outra forma, ou de favorecer apenas as empresas. É mais complicado. O neoliberalismo é a ideia de que toda a sociedade deve ser submetida a uma lógica de concorrência, a uma forma empresarial. É a ideia de que o mercado e a empresa são formas universais que devem ser aplicadas a todas as atividades e esferas institucionais (Laval, 2025, s/p.).

Essa lógica impacta diretamente o cotidiano escolar, redefinindo papéis de diretores, professores e estudantes, bem como transforma a educação em um campo de competitividade e produtividade, no qual prevalece a meritocracia em desfavor da identidade docente coletiva e solidária.

Também é possível identificar, nesse contexto de avanço neoliberal, o enfraquecimento da valorização docente e o esvaziamento de seu papel intelectual e político na sociedade. As reformas educacionais e as políticas de responsabilização da docência por fracassos nos resultados e problemas na educação intensificam o controle e a cobrança sobre os professores, impondo novas exigências, sob o manto do discurso da eficiência, o que fragiliza a autonomia profissional, mesmo constando na Constituição Federal e Estadual:

O professor está ameaçado, pressionado, abandonando a profissão, com salário e carreira precarizados. Jargões empobrecedores apesar da aura positiva – professor polivalente, empreendedor, protagonista, inovador, eficaz, nota 10, empoderado – adjetivam-no e pretendem desconstituí-lo no que tange às suas funções profissionais específicas de viabilizar a apropriação crítica e ativa do conhecimento histórico (Evangelista, 2017, p. 20).

Esta análise da autora evidencia também o movimento de desprofissionalização docente, caracterizado pela tentativa de substituir o compromisso político e social da educação por uma lógica de desempe-

nho individual, ajustada aos interesses do mercado, o que também afeta a identidade docente, situação em que o espírito coletivo, colaborativo e solidário, recomendável no processo educacional cede espaço ao individualismo e à competição. Evidentemente que o projeto neoliberal está sendo bem-sucedido em suas pretensões e objetivos de garantir a educação como mercadoria para ampliar espaços de investimentos e seus lucros.

Um olhar atento é suficiente para perceber os processos de desestatização e privatização da educação brasileira, que segue à risca as determinações do capital internacional. Esse movimento transforma a educação em mercadoria, apropriando-se dela para obtenção de lucros e difusão de valores compatíveis com a lógica do mercado. Para isso, a privatização torna-se peça central, seja pela transferência direta de recursos públicos para instituições privadas, seja pela entrega gradual do controle pedagógico à iniciativa privada.

Ao observar essas considerações, torna-se evidente que a lógica neoliberal redefine profundamente a função da escola e da docência no Brasil. O que antes se configurava como um espaço de formação crítica e emancipatória é convertido em um ambiente de produtividade, vigilância e competição individualista:

O novo modelo escolar e educativo que tende a se impor está fundamentado, inicialmente, na sujeição mais direta da escola à razão econômica. Ele depende de um “economismo” aparentemente simplista cujo axioma principal é que as instituições,

em geral, e as escolas, em particular, só têm sentido dentro do serviço que elas devem prestar às empresas e à economia. O “homem flexível” e o trabalhador autônomo constituem, assim, as referências do novo ideal pedagógico. (Laval, 2019, p. 45).

É possível perceber essa transformação atuando em duas frentes: de um lado, impõe a padronização de práticas pedagógicas, a intensificação das demandas burocráticas e a fragilização dos vínculos laborais; de outro, esvazia o sentido simbólico e político da docência, restringindo sua autonomia e reduzindo sua legitimidade social, cultural e política. Esse processo atinge não apenas as condições de trabalho, mas também o sentido identitário e político da docência.

IDENTIDADE E OS EFEITOS DA PRECARIZAÇÃO DA DOCÊNCIA

A identidade docente é uma construção constante, flexível e coletiva, resultante de um processo histórico, marcado pelas condições sociais, culturais e políticas em que o/a docente está inserido/a. Dessa forma, molda-se à realidade concreta, na prática cotidiana, no encontro com os estudantes, no ativismo sindical e na mediação do conhecimento. Trata-se, portanto, de um conjunto de ações integradas que possibilitam a construção dessa identidade e sua renovação permanente.

Segundo Souza e Santos (2022), o conceito de identidade docente envolve tanto o aspecto pessoal quanto o coletivo desse profissional, pois a identidade é algo que se constrói durante a vida, mas não constitui uma característica estável. Trata-se de um acontecimento relacional, e o desenvolvimento da identidade caracteriza-se como um processo evolutivo e de interpretação de si mesmo dentro de um determinado contexto. Portanto, a organização sindical e as lutas decorrentes dos objetivos docentes são instrumentos que contribuem para a construção e afirmação da identidade profissional da categoria.

Entretanto, em tempos de precarização, esse processo passa a ser atravessado por contradições que limitam a autonomia pedagógica e fragilizam o sentido social da docência. Como afirma Freitas (2020), o professor perde o espaço de sujeito ativo do processo educativo para tornar-se um simples cumpridor de tarefas previamente definidas por políticas de avaliação e regulação externas:

Os resultados obtidos pelo sistema de avaliação têm repercussões em vários níveis: sobre a distribuição e uso dos recursos financeiros; sobre a composição curricular; sobre o gerenciamento do sistema e sobre o controle docente. Usando os jargões da avaliação punitiva, o professor “foi e é posto à prova” como quem “fica de recuperação” em função de sua suposta inaptidão para ensinar; como se tivesse cometido erros, “vai de castigo” para refletir sobre a sua prática, “pensar no que fez” ou deveria fazer (Evangelista, 2017, p. 20).

Essa perda de protagonismo e, automaticamente, da identidade docente tem como efeito direto o enfraquecimento da reflexão crítica sobre a própria prática.

O papel do Professor pode ser compreendido como resultado de processos sociais, culturais e históricos que atravessam a escola. Alterações nessas relações atingem, direta ou indiretamente, essa identidade. Assim, nesse contexto de mudanças, emerge a crença de que os obstáculos enfrentados pelo Brasil resultam da falta de qualificação e de profissionalismo, especialmente entre os trabalhadores da administração pública e do magistério, portanto, a responsabilidade por fracassos é da docência. Essa visão serviu para legitimar reformas que, sob o discurso da modernização, visavam ajustar o trabalho docente às novas exigências do capital e à lógica gerencial que orientava as políticas educacionais. Nessa perspectiva: “tratava-se, obviamente, de uma intervenção dos interesses burgueses que precisavam promover a adequação desses quadros às novas demandas da produção” (Evangelista; Seki, 2017, p. 32). Evidentemente que o projeto neoliberal conhecedor dessa situação utiliza-se dos instrumentos políticos e econômicos, principalmente para descaracterizar a atuação docente e sua identidade, facilitando o avanço do projeto em curso.

Isso posto, a lógica da intervenção neoliberal na educação se torna especialmente nociva, pois reduz o docente a um executor de tarefas, enfraquece sua autonomia e compromete sua função social. Diante disso, o que se observa é uma crescente precarização do trabalho, marca-

da pelo acúmulo de tarefas burocráticas, pela intensificação da cobrança por resultados e pela constante desvalorização profissional. Esse cenário fragiliza os vínculos de pertencimento e dificulta que os docentes se reconheçam como sujeitos coletivos capazes de resistir e propor alternativas, corroendo a identidade docente e seu protagonismo no ensino, na aprendizagem, na construção da cidadania e na intervenção social e cultural:

Essa visão profissional, quando se aplica ao colégio, por exemplo, longe de ampliar o campo dos conhecimentos, engendra confusões muito lamentáveis que fazem, por exemplo, com que, no discurso dominante, a cultura técnica em vez de ser um meio de inteligência do mundo moderno se torne um modo de orientar os alunos em direção às vias profissionais (Laval, 2019 p .79).

As estratégias para minimizar o trabalho docente têm diferentes dimensões, a depender dos agentes que as impõem e dos objetivos pretendidos. Por exemplo, ao mesmo tempo que impõe a pressão por eficiência e produtividade, limita-se o espaço da reflexão crítica e do diálogo pedagógico. Sem estes últimos aspectos, essenciais para a constituição de uma identidade profissional, coloca-se óbices na própria qualidade da docência, pois torna o profissional mero executor, estéril de protagonismos e inovações de concepções e articulações. Os objetivos dessas estratégias são deslegitimar a identidade docente como instrumento de construção de possibilidades sociais, políticas e culturais, abrindo cami-

nhos para o projeto de dominação e controle sobre a educação, de modo a atender aos interesses neoliberais.

Dessa forma, ocorre a sobreposição de interesses externos — sejam de ordem mercadológica, política ou ideológica — que esvazia o caráter social, cultural e político da docência, enfraquecendo a dimensão formativa que deveria estar no centro da escola pública. Assim, a identidade docente, que historicamente se constrói pela articulação entre prática pedagógica, compromisso social e autonomia, encontra-se submetida à intensificação do trabalho burocrático, pela constante vigilância pedagógica e controle sobre os conteúdos ministrados.

Segundo Laval (2025), quando o professor está preso a relações hierárquicas rígidas e à burocracia, sua experiência se limita à obediência e ao controle, o que dificulta a formação de sujeitos autônomos:

Se o educador está preso a relações hierárquicas rígidas, subordinado a um diretor ou inserido em uma burocracia local, ele vive uma experiência de obediência e controle. E como esperar que alguém que apenas cumpre ordens forme sujeitos autônomos? Ele acaba reproduzindo o que vivencia. A única saída possível é que o próprio educador seja autônomo. Mas não estamos falando de uma autonomia individualista, e sim de uma autonomia coletiva (Laval, 2025, s/p).

As cobranças por resultados implementam a intensificação do trabalho docente que, além do excesso de aulas, como ocorre em Santa

Catarina, com o advento das “aulas excedentes”, que são uma forma de complementação da renda. Portanto, o governo impõe baixa remuneração e oferece a possibilidade de aumento, com a sobrecarga horária.

Além disso, aprofundam-se rapidamente os mecanismos de controle docente, com a burocratização e transferência de responsabilidades com o lançamento e postagem de notas, de planejamentos e relatórios. Portanto, além do controle sobre os conteúdos ministrados, intensifica-se também o controle sobre a própria atividade docente. A elaboração de relatórios e o preenchimento de registros em plataformas digitais passam a ocupar grande parte do tempo do professor, reduzindo o espaço que poderia ser dedicado à formação continuada, ao planejamento e à criação pedagógica.

A consequência deste processo é o esvaziamento simbólico da profissão, que deixa de ser vista como prática intelectual e política para ser reduzida à execução de tarefas impostas. Também registra-se o preocupante avanço do adoecimento docente no estado, atingindo níveis alarmantes e revelando os impactos humanos dessa lógica de trabalho.

De acordo com a publicação do Tribunal Regional do Trabalho de Santa Catarina, em pesquisa realizada com professores no estado, quase 70% já trabalharam doentes. A ansiedade e insegurança psicológica (53%) apareceram como as emoções mais recorrentes dos docentes catarinenses em relação ao seu trabalho, seguidas do esgotamento mental (síndrome de burnout) com 44%. Dos 34% dos participantes que afirmaram possuir pelo menos uma doença crônica, a depressão foi a terceira mais apontada (Collato, 2024).

Os afastamentos constantes e em números significativos contribuem para impor descrédito à categoria diante da comunidade escolar, principalmente entre as famílias que não compreendem a situação. Esse processo impacta de forma direta como o docente é reconhecido socialmente.

A identidade docente passa a ser “desconstruída” com desvalorização pessoal e profissional, de modo a atingir sua imagem e prestígio social. Como lembra Laval (2019), tratando das mudanças na percepção da importância da escola, que passa a ser regida por uma lógica de resultados e que transforma a identidade do professor em mera função de transmissor de conteúdo, ajustada às expectativas imediatas de pais e do mercado. Portanto, constrói-se uma lógica mercadológica, a qual afeta a escola e reconfigura a função social da docência que, historicamente, esteve ligada à formação crítica, para um modelo de adaptação às demandas do presente, esvaziando o potencial emancipatório da escola e da educação.

Portanto, a precarização do trabalho docente precisa ser compreendida para além da deterioração das condições salariais ou contratuais, como um processo mais profundo, que atinge a dimensão simbólica e identitária da profissão docente. O professor deixa de ser visto como um intelectual crítico e agente de transformação social, passando a ser moldado pelos processos burocráticos e mercadológicos. A identidade docente, nesse cenário, é permanentemente tensionada entre a resistência à lógica neoliberal e a pressão para se adaptar a ela. A disputa pelo sentido da profissão é, ao mesmo tempo, uma disputa sobre o projeto de sociedade que a escola ajuda a construir.

No entanto, mesmo diante de tantas adversidades, é indispensável reconhecer que existem resistências e enfrentamentos, como lembra Catini (2020), que é necessário observar como muitos professores resistem e conseguem conservar espaços e momentos de liberdade no trabalho de transmitir conhecimentos e valores de emancipação coletiva e pessoal.

VIOLÊNCIA ESCOLAR E IDENTIDADE DOCENTE: RELATOS, DESAFIOS E POSSIBILIDADES DE RESISTÊNCIA E ENFRENTAMENTO

No âmbito deste estudo, foi promovida uma roda de conversa com professores, visando à coleta de dados empíricos que subsidiem a reflexão sobre os impactos da violência escolar na identidade docente. O encontro ocorreu no dia 30 de maio, às 20 horas, pela plataforma Google Meet, reunindo vinte professores da rede pública estadual de ensino e contando com a participação do professor da Universidade Federal da Fronteira Sul, Antônio Valmor de Campos, cuja presença contribuiu para aprofundar a análise do tema. Durante a conversa, os docentes compartilharam experiências que revelam a diversidade e a complexidade da violência no cotidiano escolar, evidenciando não apenas incidentes isolados, mas um clima constante de tensão, desrespeito e insegurança.

É importante a compreensão de que a violência atinge de forma comprometedora a docência, seja pelos atos violentos propriamente ditos ou por suas consequências, que se manifestam, geralmente para

os docentes como adoecimento e sentimento de impotência frente aos desafios, além do medo/pânico. Com isso, uma parcela significativa da categoria, identificada pela perda da capacidade de trabalho, acaba afastando-se das salas de aula, o que atinge milhares de docentes anualmente.

Segundo Assis, Njaine e Marriel, cada vez com maior frequência, são registradas práticas agressivas de estudantes em escolas de todo o mundo, o que têm despertado o crescimento de uma linha de investigação que surge com força na última década do século XX, inicialmente denominada “segurança nas escolas” e, hoje, mais conhecida pelo termo “violência nas escolas”. A violência pode ser caracterizada pelo uso da força física ou do poder, podendo ocorrer de forma real ou por ameaça; os efeitos da violência podem ser dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação.

A violência nas escolas atinge os diversos atores da comunidade, como entre os próprios alunos, de alunos contra professores, de pais contra professores e também de forma “externa”, quando ela é desencadeada por pessoas de fora da escola. Apesar de amplas possibilidades de práticas violentas nos diferentes segmentos escolares, as vítimas principais são os docentes e os estudantes, o que afeta profundamente a aprendizagem e as condições de trabalho docente. Em decorrência da complexidade, é um tema que requer cautela e paciência, por isso demanda grandes esforços, para que possa ocorrer uma redução nos índices e nos efeitos que provoca. Também, há de se registrar que o enfrentamento à

violência não é tarefa fácil, pois não há um caminho determinado a ser seguido.

Da roda de conversa, vem uma situação prática, Campos (2025) exemplifica situação de violência nas escolas: “um pouco antes da pandemia, eu fui convidado por uma escola de Chapecó para tratar exatamente da violência que se disseminava, foram diversos relatos de agressão física, inclusive contra professores, além de agressões verbais, sexismo, machismo e capacitismo”.

Outro exemplo de violência nas escolas, apresentado por Campos (2025), refere-se a uma professora do Rio Grande do Sul que foi atingida por uma facada em sala de aula. Esse caso não expressa apenas um sentimento de insegurança, mas evidencia a massificação da violência escolar, na qual há agressões frequentes de pais, mães e estudantes contra docentes, bem como de docentes contra estudantes.

Da mesma atividade, colhe-se o depoimento do professor 1 (2025), o qual faz uma reflexão envolvendo a insegurança, a violência e as formas de resposta diante dessas situações.

Há algum tempo, quando eu estava na gestão escolar, percebi que a violência não vinha apenas de dentro da escola; ela também vinha de fora, de forma muito intensa. Naquela época, aconteceram alguns episódios, em nível estadual e até fora do estado, em que pessoas entraram nas escolas promovendo violência contra alunos e professores. Meu primeiro pensamento foi proteger os alunos. E o que eu fiz? Enchi a escola de grades. Mas hoje

me arrependo. Acho que esse não é o caminho. Deveria ter sido diferente: o ideal seria buscar compreender o motivo, a razão e as circunstâncias envolvidas em cada situação.

Outro participante da roda de conversa, professor 2 (2025), lembra que a escola é naturalmente um espaço de tensão e de conflito. Porém, a violência é quando esse conflito ultrapassa certos limites no convívio. Portanto, a violência ultrapassa a concepção de conflito, saindo do controle emocional e racional.

Professor 3 (2025) expõe a questão do papel de expectador adotado diante da violência, o que passa a ser comum e, geralmente são presenciados diversos tipos de violência e que, muitas vezes, não ocorre intervenção, a impressão é de que não é nada, faz o famoso “deixa para lá, faz de conta que eu não vi, que não percebi”, somente são tomadas ações mais efetivas no momento que o espectador passa a ser efetivamente agredido.

As falas na roda de conversa permitiram identificar tanto manifestações diretas da violência — como agressões físicas, ameaças e desrespeito — quanto suas dimensões estruturais e simbólicas, relacionadas à precarização do trabalho docente, à ausência de políticas de suporte e à desigualdade social. Essas situações resultam da aplicação de políticas neoliberais, ao promoverem cortes de investimentos, instabilidade no emprego e desvalorização profissional, reproduzem formas de violência indireta institucionalizada, comprometendo o exercício da docência e contribuindo para o adoecimento e a deterioração das relações escolares.

Prosseguindo na análise da roda de conversa, observa-se que logo no início, um dos participantes relatou que “a gente entra na sala e já sente o clima pesado, os alunos não respeitam, xingam, gritam e, às vezes, sobra pra gente”. Essa fala evidencia como a violência se manifesta também de forma psicológica, criando um ambiente de tensão constante que compromete o desenvolvimento pedagógico e o bem-estar docente.

Em outra situação, um docente descreveu um episódio de agressão física direta: um estudante jogou uma cadeira em um colega, deixando-o “no meio sem saber o que fazer”. Esse relato evidencia não apenas o impacto imediato da violência, mas também a falta de estratégias institucionais eficazes para intervir em situações de risco, revelando uma lacuna na organização escolar que aumenta a vulnerabilidade dos envolvidos diretamente no processo, como docentes e estudantes.

O sentimento de isolamento e desamparo também foi um tema recorrente. Uma profissional relatou sentir-se sozinha, sem apoio da direção, como se a responsabilidade de lidar com a violência fosse exclusivamente do docente. Essa percepção demonstra que a violência escolar não é apenas um problema dos estudantes, assim como uma consequência das fragilidades estruturais da escola e da precarização das condições de trabalho docente, fortemente influenciadas pelas políticas neoliberais que desvalorizam a educação pública e enfraquecem o suporte institucional.

Também houve apontamentos de que há uma relação da violência dos estudantes com as desigualdades e os desajustes sociais, refletindo na escola, como exemplo: conflitos familiares, ausência de

estrutura e a vulnerabilidade social e econômica. Essa dimensão social da violência indica que a escola funciona, em muitos casos, como um espaço que reproduz tensões externas, reforçando que medidas isoladas de disciplina são insuficientes para lidar com o problema de forma efetiva.

Nota-se que a política econômica neoliberal, ao reduzir investimentos em educação, assistência social e direitos básicos, contribui para agravar essas desigualdades e cria um cenário em que professores e estudantes sofrem consequências da violência estrutural.

Alguns relatos demonstraram que a violência ultrapassa os limites da sala de aula e afeta diretamente a segurança física dos docentes. Um professor compartilhou que foi ameaçado por um pai, que disse que o esperaria na saída da escola por não concordar com a nota do filho. Outros relataram a ausência de profissionais de apoio, como psicólogos e assistentes sociais, o que faz com que os docentes acumulem funções pedagógicas, sociais e terapêuticas. Essa sobrecarga evidencia uma forma de violência estrutural, que atinge a identidade e a saúde emocional dos docentes.

Apesar das dificuldades apresentadas, a roda de conversa também evidenciou espaços de resistência e possibilidades de enfrentamentos à violência. Entre as sugestões destaca-se a promoção de momentos de diálogo e de escuta. Nesses espaços, muitos estudantes compartilham suas angústias, permitindo que a escola funcione como um espaço de acolhimento e construção coletiva. Um professor afirmou: “Apesar de tudo, quando a gente senta pra conversar com os estudantes, muitos se abrem e falam das suas dores”. A possibilidade de os estudantes compar-

tilharem suas angústias permite a descompressão do ambiente, por certo reduzindo a probabilidade de ações violentas. Essas experiências mostram que, mesmo em contextos adversos, é possível construir estratégias pedagógicas e sociais que mitigam a violência e fortalecem a identidade docente.

A roda de conversa revelou que a violência impacta de modo direto a identidade profissional, o que gera sentimentos de vulnerabilidade, desvalorização e insegurança. Ao mesmo tempo, os docentes participantes reconhecem que a escola mantém potencial para resistência, por meio do diálogo, permitindo a transformação em melhorias do ambiente escolar. No entanto, para isso é necessário que haja apoio institucional, valorização profissional e estratégias coletivas de ação.

O SINDICATO COMO INSTRUMENTO DE CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADE DOCENTE

A identidade docente contemporânea exige um conjunto de percepções que extrapolam os muros da escola, com exigência de profissionais dotados de capacidade de compreender a realidade na qual estão inseridos. Entretanto, compreender a realidade implica reconhecer que os desafios não são individuais, mas coletivos e que, diante do impulso neoliberal, da ampliação das pautas conservadoras e do negacionismo científico, torna-se necessário construir estratégias que fortaleçam a organização da categoria. Com o avanço neoliberal em curso, a ampliação das pautas conservadoras e do negacionismo científico, torna-se neces-

sário construir estratégias que fortaleçam a organização da categoria. Tais estratégias devem articular expectativas individuais e necessidades coletivas, enfrentando situações como falta de valorização pessoal e profissional, adoecimento e outros fatores que prejudicam a atuação docente atualmente.

Ao considerar que a análise das tensões e perspectivas da identidade docente não pode se limitar ao espaço escolar, é preciso construir alternativas. Nesse sentido, somente a organização da própria categoria se mostra capaz de fazer frente às demandas apresentadas. O instrumento proposto para contribuir na superação dos desafios enfrentados pela docência em Santa Catarina é o sindicato.

As reflexões e falas apresentadas nesta seção resultam em parte de um seminário de formação sindical realizado em 2022, que contou com a participação de dirigentes do SINTE/SC. O encontro promoveu um espaço de memória e análise crítica sobre a trajetória do movimento sindical docente, suas conquistas e desafios contemporâneos. Além desse momento formativo, outras manifestações e deliberações da categoria, como as expressas em instâncias coletivas de decisão, também contribuem para compreender a formação e o fortalecimento da identidade docente no contexto das lutas sindicais em Santa Catarina.

Pandolfo, professor da rede estadual e atualmente aposentado, com longa trajetória na organização e na luta sindical, rememora a realidade vivenciada ao longo de décadas. Segundo ele, talvez a dura realidade o tenha feito acreditar que mudar era não apenas necessário, mas também possível. Assim, foram sendo construídos ideais coletivos,

envolvendo cada vez mais questões sociais e políticas. Durante a década de 1980, destaca Pandolfo, havia uma forte agitação social em torno das pautas por liberdade e direitos, o que tornava imprescindível a existência de um sindicato com poderes mais amplos e capacidade de mobilização. Ele descreve aquele período como desafiador, marcado por visitas às escolas, que permitiam conhecer a realidade de cada escola e promover, junto à categoria, discussões sobre as lutas travadas naquele momento, bem como o processo de organização do sindicato.

Oliveira, aposentada e também com trajetória de longa data na organização e luta sindical, detalha aspectos organizacionais da categoria docente no Estado de Santa Catarina. Ela inicia com a situação da década de 1970/80, marcada pela repressão estatal, o que tornava indispensável a organização coletiva para enfrentar a realidade, ao mesmo tempo tornava docentes em sonhadores, o que fortalecia suas ações e engajamentos.

Segundo Oliveira (2022), naquele momento era preciso acreditar que, por meio do movimento, seria possível transformar a realidade vivenciada. Aquele período foi marcado por um verdadeiro jogo de poder: muitos docentes sofreram perseguições e ameaças, às vezes, tinham que se proteger e até em alguns casos as pessoas precisavam passar alguns dias escondidas da polícia. Ela destaca que no final da década de 1980, com o início da redemocratização, que se consolida com o processo Constituinte, que resultou na promulgação da Constituição cidadã em 1988, os avanços adquirem aspectos de conquista. A caminhada continua no processo Constituinte em Santa Catarina, culminando com a

Constituição de Santa Catarina em 1989. É nesse período que a categoria docente amplia sua organização e identidade, com a possibilidade de sindicalização, o que decorreu na formação do sindicato: Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Santa Catarina – SINTE.

Oliveira (2022) demonstra a instabilidade na organização e na luta da categoria docente em Santa Catarina. Ela explica que na década de 1990 foi a “década perdida”, porque houve muitos ataques, muita destruição de direitos, com o neoliberalismo entrando com tudo na educação e a categoria reticente teve bastante dificuldade em manter as vitórias conquistadas na década de 1980. Com isso, também aumentou muito os conflitos internos na direção. Ela destaca que a luta da categoria é muito importante e relata algumas conquistas, como a gestão democrática, a conquista da incorporação dos abonos, o aumento da regência, a garantia de preservação do Estatuto da categoria e outras conquistas; mas principalmente a convivência entre as forças políticas com a proporcionalidade que foi muito importante naquele período.

Souza relata o processo das lutas históricas do sindicato, considerando-o marcante na educação de Santa Catarina, por ter elevado o respeito à figura do professor. Além das conquistas econômicas, houve o reconhecimento da categoria, com credibilidade. A ALISC4 - antecessora do SINTE - passou a ser reconhecida pela categoria como interlocutora junto ao governo. Embalada nessa perspectiva, a organização e a

⁴ Associação dos Licenciados de Santa Catarina exercia, até a promulgação da Constituição Federal de 1988, em Santa Catarina o papel sindical, porém não representava a totalidade da categoria docente, isso não significa que não perpetrava lutas em favor de toda a coletividade.

luta sindical alcançaram avanços para além do corporativismo da categoria, resultando na conquista do Plano Estadual de Educação, no fim da progressão automática na avaliação e na gestão democrática. Essas conquistas colocaram a categoria em evidência, o que ocasionou em um ambiente escolar mais autônomo e a escola com a gestão democrática.

Observando os relatos de lutadores históricos do sindicato catarinense, é possível identificar que as lutas não tratam exclusivamente de questões salariais, mas envolvem aspectos pedagógicos, geracionais e estruturais da educação pública. Essa condição, apesar das dificuldades de organização sindical atualmente, permanece presente na estrutura sindical, como pode ser constatada nos congressos, a partir das teses apresentadas. É sobre essas discussões que se lançam os olhares a seguir.

Na estrutura sindical, o Congresso é a sua instância máxima, portanto, é a partir dele que o sindicato (SINTE) define suas políticas de atuação – ao menos deveria – da organização interna às estratégias de luta e de enfrentamento das dificuldades da categoria que representa.

Para melhor compreender esse processo de organização, de luta e de construção de uma identidade coletiva da categoria docente em Santa Catarina, é fundamental considerar os documentos produzidos pela própria categoria em seus espaços de organização e luta coletiva. Nesse sentido, o Caderno de Resoluções do XII Congresso do Sintre/SC (2023) constitui uma fonte importante para compreender como os/as trabalhadores/as em educação elaboram diagnósticos, expressam resistências e constroem seus próprios caminhos de enfrentamento às políticas neoliberais que impactam a escola pública e a profissão docente no estado.

No Congresso, realizado em novembro de 2023, em Urubici/SC, com a temática: *A organização dos/as trabalhadores/as na defesa da educação pública*, consolidou-se um espaço formativo e de resistência, no qual a categoria projeta coletivamente sua identidade político-sindical. Nesse evento, foram apresentadas nove propostas de resoluções, que evidenciam a pluralidade de percepções e a diversidade de coletivos e correntes. Contudo, todas convergem em torno de pautas estruturantes: defesa da escola pública, gratuita, laica e de qualidade; valorização profissional com carreira digna, concursos públicos e piso na carreira; enfrentamento ao neoliberalismo e às privatizações; democratização da gestão escolar e sindical; e a garantia de condições de trabalho e de formação continuada crítica (Sinte/SC, 2023).

O documento explicita que o neoliberalismo é definido como: “um sistema sem ética que cede ao mercado um poder absoluto” (Sinte/SC, 2023, p. 35). Além disso, ele intensifica a precarização do trabalho, impõe a perda de autonomia docente e provoca esvaziamento do papel social da escola. Diante desse cenário, o sindicato se firma como um espaço de resistência e de reconstrução da identidade docente, ao articular as lutas imediatas da categoria com um projeto mais amplo de transformação social.

O Caderno de Resoluções é incisivo ao caracterizar o neoliberalismo como um sistema que captura o Estado e transforma os direitos em mercadorias:

O desafio atual reside na superação do neoliberalismo, um sistema sem ética que cede ao mercado um poder absoluto, muitas vezes em conluio com os governos. Esta aliança se manifesta na financeirização da economia global, no rentismo, na constante desregulamentação dos mercados de capitais, fusões empresariais abusivas, privatizações de serviços públicos e na apropriação de fundos públicos por empresas privadas, em detrimento da classe trabalhadora (Sinte/SC, 2023, p. 137-138).

Esse diagnóstico se conecta diretamente às discussões sobre a perda de autonomia docente, a precarização das condições de trabalho e a mercantilização da educação, reafirmando que a luta sindical é também contra um projeto econômico que fragiliza a escola pública e desvaloriza o trabalho docente e perpetua as desigualdades sociais, políticas e econômicas.

Da mesma forma, o documento congressional reforça que a identidade docente só se fortalece na articulação entre democracia sindical e luta de classes, denunciando práticas de concentração de poder e apontando a necessidade de radicalizar a participação da base:

A força que precisamos para enfrentar os ataques dos governos e defender nossa classe com independência política vem da mais ampla participação da base, não apenas nas lutas, mas ativamente na construção e nas decisões do nosso sindicato como ferramenta de organização e luta da catego-

ria. Dessa forma, nosso estatuto deve radicalizar a democracia operária em todas as instâncias da entidade e não funcionar como instrumento anti-democrático de perpetuação de poder (Sinte/SC, 2023, p. 150-151).

Essa ênfase na democratização interna reforça a compreensão do sindicato como um espaço formativo e de resistência, no qual se tece não apenas a defesa imediata de direitos, bem como a reconstrução crítica da identidade docente diante dos desafios impostos pelo neoliberalismo.

A organização e a luta sindical têm um papel fundamental na defesa e na reconstrução da identidade docente, especialmente frente às desigualdades sociais e aos impactos do neoliberalismo sobre a educação. Nesse sentido, é possível considerar que o Caderno de Resoluções apresentado no XII Congresso do Sinte/SC evidencia que o sindicato se constitui não apenas como instância de representação política, mas também com espaço formativo para a categoria, à medida que articula lutas concretas, formação crítica e práticas de resistência coletiva.

Nessa direção, o documento ressalta que o sindicato deve ser “um espaço de discussão e formação nas áreas de política sindical, políticas públicas, estudos que contemplem integralmente as pautas do magistério catarinense, em todas as suas especificidades” (Sinte/SC, 2023, p. 101). Evidentemente, essa visão, presente nas diferentes teses apresentadas ao congresso, demonstra a perspectiva de ampliação da compreensão da identidade docente, para além da dimensão estritamente pedagógica, situando-a também no campo da formação política e da luta social.

Além disso, o Caderno de Resoluções enfatiza que: “o Sinte/SC tem um papel importante na educação catarinense. Estamos na luta e na defesa da educação, do serviço público, da dignidade humana e dos direitos da classe trabalhadora, em busca de um futuro mais justo e igualitário para todos” (Sinte/SC, 2023, p. 44). A observação dessa consideração traduz a compreensão de que a resistência sindical fortalece a própria docência como prática crítica e emancipatória, vinculada ao projeto histórico da classe trabalhadora.

Por fim, observa-se que o documento estabelece que: “o sindicato é ferramenta de luta: é preciso expressar este caráter em nosso estatuto” (Sinte/SC, 2023, p. 151). Isso é um indicativo de que reafirma o caráter político-formativo do sindicato e que sua atuação crítica é condição essencial para enfrentar as desigualdades sociais, resistir às investidas neoliberais e projetar novos caminhos de valorização e de autonomia docente. Assim, o sindicato emerge como espaço de formação política e reconstrução da identidade docente, papel que se evidencia como central nas considerações finais deste trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As pesquisas e as impressões colhidas nos dois momentos de diálogo revelam uma evidente precarização da atividade docente em Santa Catarina, principalmente pela perda de direitos, deterioração das condições de trabalho e sobrecarga laboral.

Como consequência, podem ser indicados o adoecimento crônico da categoria, em diversas modalidades de doenças, bem como o desestímulo, seja pela remuneração cada vez mais reduzida ou pela falta de valorização profissional e pessoal, que desprestigia os docentes, colocando-os em condições de pressão psicológica e desgaste físico e mental.

Também se visualizam as diversas situações de violência nas escolas, seja entre estudantes ou contra docentes, assim como a tensão existente dentro do próprio grupo docente. A violência provoca ainda maiores transtornos no exercício da docência, pois amplia os problemas interpessoais, decorrentes das tensões, divergências e até perseguições por parte de gestores.

Ainda é indispensável registrar a precarização da carreira, na qual os docentes efetivos sofrem com achatamento salarial, falta de perspectivas de progressão adequada e valorização profissional. Porém, uma parcela majoritária dos docentes na ativa é ainda mais pressionada: são os admitidos em caráter temporário (ACTs), pois estes sequer têm carreira formal. Além disso, o tempo de trabalho temporário não é contabilizado como tempo de docência para aposentadoria, esse grupo não tem acesso ao plano de saúde e, frequentemente, é submetido a atuar em até quatro escolas para completar a carga horária.

Todos esses aspectos afetam a identidade docente. No entanto, esse conjunto de situações degradantes, resulta da implantação cada vez mais contundente da política neoliberal na educação, a qual, além dos resultados já apontados, aprofunda a divisão da categoria pelo fortalecimento do individualismo e do negacionismo científico – inclusive entre

docentes. Essa situação força a fragmentação do grupo, tendo como consequência a interferência na identidade docente, que é maculada, inviabilizando, por exemplo, uma atuação conjunta em um projeto educacional humanizado, com proteção das relações interpessoais, seja entre discentes e docentes.

O projeto neoliberal também provoca efeitos na estrutura educacional, impactando diretamente a qualidade do ensino e ampliando a pressão por resultados. É a máxima do capital aplicada à educação: alcançar maiores índices de produtividade com menores investimentos. A padronização das avaliações também faz parte desse processo, pressionando a docência a atingir resultados considerados positivos, sem, contudo, levar em conta as diferentes realidades das escolas e dos estudantes.

Diante desse quadro, é preciso uma reação por parte daqueles que acreditam na docência como instrumento de construção e exercício da cidadania, para os estudantes, além da garantia de dignidade e condições adequadas de trabalho, com valorização, remuneração adequada e respeito às suas condições pessoais e à organização coletiva.

Esse processo de enfrentamento carece de organização e unificação de esforços. É nele que o sindicato da categoria (SINTE) passa a ter papel relevante. Como se observa nos relatos de lutadores antigos e atuais do sindicato, mesmo dentro dos governos neoliberais, sempre foi possível realizar intervenções capazes de amenizar ou retardar os efeitos do projeto neoliberal na educação pública catarinense. Como as relatadas, na gestão democrática, no Plano Estadual de Educação e em conquistas salariais e de carreira.

O sindicato também permite a organicidade necessária para a reconstrução da identidade docente, possibilitando que, por meio da luta, sejam reivindicadas condições adequadas de trabalho, remuneração digna, bem como melhorias na estrutura educacional e na qualidade da educação oferecida na rede de ensino. Isso é perceptível a partir da análise das teses apresentadas ao XII Congresso da entidade, ocorrido em Urubici, no ano de 2023. Mesmo com a pluralidade, visível pela quantidade de teses apresentadas, os pontos convergentes contribuem para a compreensão do papel sindical para além das reivindicações salariais.

Apesar da aparente amplitude dos temas abordados, eles contribuem para a compreensão das tentativas governamentais de desmonte da identidade docente, o que resulta em impactos nefastos na docência catarinense. Por outro lado, observa-se a resiliência da categoria, que busca manter e reafirmar sua identidade profissional, insurgindo-se contra os desmandos e retrocessos dos governos neoliberais no Estado de Santa Catarina. Para isso, a categoria se vale de sua força organizativa — o sindicato — como instrumento de mobilização e resistência, catalisando e fortalecendo os enfrentamentos coletivos.

REFERÊNCIAS

ASSIS, Simone Gonçalves de; NJAINE, Kathie; MARRIEL, Nelson de Souza Motta. Reflexões sobre violência e suas manifestações na escola. In: ASSIS, Simone Gonçalves de (org.). *Impactos da violência na escola*:

um diálogo com professores. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz; CDEAD/ENSP, 2023.

CATINI, Carolina de Roig. Para a crítica da educação neoliberal: entrevista com Christian Laval. *Educação Temática Digital*, Campinas, v. 22, n. 4, 2020. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/etd/article/view/8658365>. Acesso em: 01 jul. 2022.

CAMPOS, Antonio Valmor de. *Roda de conversa sobre violência nas escolas*. Sala remota: meet.google.com/pwj-rfwa-eku, 30 mai. 2025, 19h às 21h.

PROFESSOR 1. *Roda de conversa sobre violência nas escolas*. Sala remota: meet.google.com/pwj-rfwa-eku, 30 mai. 2025, 19h às 21h.

PROFESSOR 2. *Roda de conversa sobre violência nas escolas*. Sala remota: meet.google.com/pwj-rfwa-eku, 30 mai. 2025, 19h às 21h.

PROFESSOR 3. *Roda de conversa sobre violência nas escolas*. Sala remota: meet.google.com/pwj-rfwa-eku, 30 mai. 2025, 19h às 21h.

COLLATO, Camila. Preservação da saúde mental de professores é desafio para escolas. *Justiça do Trabalho – TRT da 12ª Região (SC)*, 15 out. 2024. Disponível em: <https://portal.trt12.jus.br/noticias/preservacao-da-saude-mental-de-professores-e-desafio-para-escolas>. Acesso em: 8 out. 2025.

EVANGELISTA, Olinda; SEKI, Allan Kenji. Formação de professores no Brasil: leituras a contrapelo. Araraquara: *Junqueira & Marin*, 2017. Cap. 1: A tragédia docente e suas faces, p. 17-58.

FREITAS, Paulo. *Reformas educacionais e precarização do trabalho docente*. Rio de Janeiro: Vozes, 2020.

LAVAL, Christian. *A escola não é uma empresa: o neoliberalismo em ataque ao ensino público*. Tradução de Maria Luiza M. de Carvalho. São Paulo: Boitempo, 2019.

LAVAL, Christian. Para que educar? *Outras Mídias*, 16 out. 2025. Disponível em: <https://outraspalavras.net/outrasmidias/christian-laval-para-que-educar/>. Acesso em: 25 out. 2025.

OLIVEIRA, Joaquina. *A história da educação catarinense contada pela luta de educadoras e educadores: memória viva da ALISC ao SINTE*. Seminário online, organizado pelo GEHDEB, sala: <https://uffs.webex.com/meet/gehdeb>, 08 out. 2022.

PANDOLFO, Valnir. *A história da educação catarinense contada pela luta de educadoras e educadores: memória viva da ALISC ao SINTE*. Seminário online, organizado pelo GEHDEB, sala: <https://uffs.webex.com/meet/gehdeb>, 08 out. 2022.

SINTE/SC - Sindicato dos Trabalhadores em Educação na Rede Pública de Ensino do Estado de Santa Catarina. *Caderno de Resoluções – XII Congresso Estadual do SINTE/SC*. Urubici/SC, nov. 2023.

SOUZA, José Clécio Silva de; SANTOS, Décio Oliveira dos. A construção da identidade docente na escola. *Revista Educação Pública*, Rio de Janeiro, v. 22, nº 23, 21 de junho de 2022. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/22/23/a-construcao-da-identidade-docente-na-escola>. Acesso em: 08 out. 2025.

SOUZA, João Pacheco de. *A história da educação catarinense contada pela luta de educadoras e educadores: memória viva da ALISC ao SINTE*. Seminário online, organizado pelo GEHDEB, sala: <https://uffs.webex.com/meet/gehdeb>, 08 out. 2022.